

DOCUMENTO DE TRABALHO

~~Versão Provisória~~
(Accord autem)

ATRAVÉS DA EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO
CENTRO-OESTE BRASILEIRO: UMA LEITURA
DA EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS

Apresentamos aqui o comentário de uma série de 25 mapas que exploram os dados dos recenseamentos demográficos de 1970 e 1980 publicados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Para os quatro Estados do Centro-Oeste brasileiro (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia) e por município (menor entidade administrativa autônoma, sendo, para o Centro-Oeste, 421 municípios) foram elaborados os seguintes mapas:

- densidade total - 1980
- evolução da população total - 1970-1980
- densidade rural - 1980
- evolução da população rural - 1970-1980
- população das cidades de mais de 3.000 habitantes - 1980
- evolução da população das cidades de mais de 3.000 habitantes - 1970-1980.

A ela acrescenta-se um mapa de síntese que ilustra a repartição dos municípios em quatro categorias:

- os municípios com êxodo rural e forte densidade rural (em 1970)

O.R.S.T.O.M. Fonds Documentaire
Nº : 220 27
Cota : B

- os municípios com êxodo rural e fraca densidade rural
- os municípios com forte crescimento rural e fraca densidade rural
- os municípios com crescimento rural e forte densidade rural.

A taxa de crescimento "natural" da população foi fixada em 2,5% (média anual nacional para este período). Uma fraca densidade rural para o Centro-Oeste se situa abaixo de dois habitantes por km².

Estes mapas puderam ser realizados graças à ajuda da SUDECO, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e, de modo mais particular, do Departamento de Planificação Regional (D.P.R.) e do Sr. Fábio Almeida Monteiro, desenhista.

A partir destes mapas, a combinação de várias características (classes de densidade rural, taxa de crescimento da população rural, rede urbana, taxa de crescimento das cidades...) permite a definição de zonas geográficas mais ou menos homogêneas. A interpretação fica clara no momento em que uma combinação corresponde a um sistema econômico particular ou a uma criação de infraestruturas através da qual pode-se rapidamente levantar a hipótese de que ele condiciona uma resposta demográfica. Evidentemente, dentro de cada grande zona, municípios recalcitrantes escapam à normalidade. Seu caso é então estudado com maior precisão, ora fortificando a análise, ora recusando totalmente a tentativa de sistematização e abrindo outras vias de pesquisa. Não se pode explicar tudo a partir de recenseamentos demográficos, nem supor uma causalidade pré-determinada a fenômenos econômicos.

Trata-se de uma análise regional que não permite que sejam colocados em evidência os fluxos inter-regionais em escala nacional, nem a evolução histórica modeladora do sistema produ-

tivo da região além destes últimos 20 anos.

Trata-se apenas de uma leitura de mapas demográficos em função de situações econômicas mais ou menos bem conhecidas: o Centro-Oeste é grande - mais de dois milhões de km^2 - e sua população aumentou 56% entre 1970 e 1980, passando de 53 milhões a 8,2 milhões de habitantes, dirigindo a frente pioneira sempre mais a Oeste e ao Norte.

Estes mapas constituem apenas um suporte para a apresentação parcial de uma realidade e a formulação de hipóteses, a serem confirmadas por outros estudos, de ligações entre recentes modificações demográficas e a ocupação econômica do espaço, permitindo uma melhor ilustração da categoria ideológica de "Frente Pioneira" geralmente associada à região Centro-Oeste.

I. AS ZONAS DE EXPULSÃO DA POPULAÇÃO RURAL

I.1. AS ZONAS DE ANTIGAS COLONIZAÇÕES

- forte densidade rural em 1970
- população rural em forte declínio
- rede urbana densa.

A combinação destas características se encontra na região do Mato Grosso de Goiás até o Sul do Estado de Goiás, em alguns pontos ao Norte, ao longo da Belém-Brasília, e ao Leste, na fronteira com o Estado da Bahia; no Mato Grosso do Sul, na região de Dourados; no Mato Grosso, na região de Rondonópolis e ao redor de Porto Velho.

Trata-se de zonas que correspondem a antigas colonizações agrícolas que conheceram um forte êxodo rural após um período de grande afluxo de migrantes.

São colônias abertas pelos poderes públicos nos anos 1940-1950 para acolher pequenos agricultores sem recursos, quase sempre originários do Nordeste, em pequenos lotes (entre 30 e 50 hectares) dedicados a culturas de gêneros alimentícios (arroz, leguminosas...) e a uma pequena criação de animais. Céres (1940), Dourados (1943), Rondonópolis (1951) são bons exemplos. O tamanho dos lotes permitiu a instalação de uma população muito densa, organizada ao redor de pequenas cidades de apoio à agricultura. O desmembramento das propriedades através de heranças, das condições de vendas vantajosas pela presença do desenvolvimento das vias de comunicação que acompanha a chegada dos investidores de São Paulo e de Minas, do sistema de crédito que não permite a modernização das

culturas dos pequenos proprietários, são, do mesmo modo, fenômenos que aceleram o êxodo rural, permitindo a concentração das terras, o avanço da agricultura mecanizada moderna (soja, cana-de-açúcar) e de criação de animais (Juscimiera). As necessidades de mão-de-obra são reduzidas.

O mesmo processo é observado nas zonas de colonizações espontâneas abertas pelos eixos de comunicação que ligam a região aos grandes centros e mercados do Sul e do Norte - a região de Catalão foi inicialmente alcançada com o avanço do café e da estrada de ferro, e, em seguida, as zonas ao redor da estrada Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho (Alto Paraguai).

Encontramos também zonas ligadas à exaustão das frentes pioneiras do Estado da Bahia, zonas que conheceram um forte afluxo de migrantes para o desflorestamento das pastagens favorecidas pelos créditos da SUDAM (Araguaína), zonas onde os conflitos de terras são muito violentos e onde os pequenos produtores são expulsos (como no Norte de Goiás).

As condições de crescimento das cidades variam segundo as regiões. Em Goiás, as pequenas cidades de Mato Grosso de Goiás e as cidades médias situadas na periferia da zona densa (Rio Verde, Jataí, Ibumbiara, Catalão) não aproveitaram do afluxo de migrantes vindos das zonas rurais, vivendo assim uma relativa estagnação.

Estas cidades não estão estruturadas para receber os migrantes, reduzindo sua atratividade diante de cidades mais influentes, cujas atividades de animação regional, particularmente as de coleta

e de comercialização dos produtos, sempre foram importantes: Goiânia e Anápolis. É provável que o Distrito Federal e o Triângulo Mineiro (Minas Gerais) também aproveitem do êxodo rural.

Na região de "Grande Dourados" e de Rondonópolis, as pequenas e médias cidades presenciaram um grande impulso demográfico. Aí, a área de atração das capitais de Estado é mais fraca, já que Cuiabá e Campo Grande não possuem um desempenho de dinamização regional: a primeira parece estar situada no meio de um deserto agrícola; a segunda parece estar mais próxima das atividades de São Paulo. Assim, as cidades médias podem conter uma parte do êxodo rural.

Em geral, estas regiões se povoaram graças às migrações dos pequenos camponeses em busca de terras. Depois de um período mais ou menos longo, segundo o caso, após haver desempenhado o papel de fronteiras agrícolas, elas tornam-se, por sua vez, regiões de expulsão em direção às cidades ou a novas fronteiras agrícolas.

1.2. AS ZONAS ESTAGNADAS

- fraca densidade rural
- população rural em declínio
- rede urbana muito fraca.

Estas zonas cobrem quase a metade da superfície total do Centro-Oeste. Aparecem em grandes blocos a Sudoeste de Goiás e nas fronteiras com o Mato Grosso, Maranhão e Minas; em quase todo o Mato Grosso do Sul; no Sul de Mato Grosso e de Rondônia.

Estas regiões eram ocupadas por atividades tradicionais e por colônias agrícolas e de criação de gado, já antigas.

Entretanto, são muito pouco povoadas e estão se despovoando.

Podemos distinguir vários casos de representação.

1.2.1. As zonas de economias tradicionais

Distinguimos, dentre elas, a região do Pantanal no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, e a região de Rondônia do Sul da estrada Cuiabá-Porto Velho.

Sua economia dependeu, durante muito tempo, dos rios fronteiriços, sendo estes os únicos que permitiam seu acesso. O complexo fluvial logo rompe o isolamento da região em direção a Manaus e Belém (Guaporé - Mamoré) e à Argentina (Paraguai). Em seguida, no início do século, a estrada de ferro Madeira-Mamoré liga Guajara-Mirim a Porto Velho para evacuar a borracha em direção a Manaus.

Se desenvolvem grandes cidades como Corumbá e Guajara-Mirim, cujas indústrias transformam as matérias-primas da região e cujos portos internacionais desempenham um grande papel nos intercâmbios comerciais.

A penetração das vias de comunicação ferroviárias (a estrada de ferro São Paulo-Campo Grande-Corumbá é construída entre 1908 e 1914) e rodoviárias (inicialmente projetada em 1960 para dar acesso à exploração da cassiterita e, apoiando-se na intervenção da linha telegráfica aberta pelo Marechal Rondon, a BR 364, Cuiabá-Porto Velho, deveria ser totalmente asfaltada em 1985) abre o Centro-Oeste para os mercados de São Paulo e pro

duz forte impacto no desenvolvimento econômico destas cidades.

Corumbá ainda vive da criação de gado extensiva no complexo ecológico muito particular do Pantanal e desenvolve atividades turísticas, mas suas usinas de transformação estão ameaçadas. Guajara-Mirim continua a transformar e a exportar a castanha-do-pará e a borracha natural, sem dúvida até que o INCRA loteie para ali instalar pequenos colonos e favoreça a produção de café e de cacau e, paralelamente, que a realização da estrada que liga Costa Marquês à BR 364, que atravessa as montanhas da Chapada das pacaas novas, provoque o afluxo descontrolado de migrantes. Nestas regiões que antigamente eram ocupadas por atividades de colheita e de criação de gado, não encontramos cidades, afora os centros históricos, cuja população está estagnando-se, alguns pequenos núcleos que coletam os produtos primários nos rios e alguns vestígios ao redor de algumas estações na linha da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Encontramos também zonas de economias tradicionais na Ilha do Bananal, no Nordeste de Goiás e em grande parte do Mato Grosso do Sul.

A periferia da Ilha do Bananal, dividida entre uma reserva indígena e um parque nacional, forma uma zona de fraco crescimento rural, contrastando com as zonas situadas mais ao Norte ou a Oeste onde se desenvolveram grandes projetos de criação de gado com a ajuda da SUDAM.

Vastas zonas de cerrados mantêm-se principalmente dedicadas à criação de animais, atividade tradicional destas regiões do Mato Grosso do Sul e do Nordeste de Goiás. A criação de gado em pastagens naturais ou pouco elaboradas utiliza pouca mão-de-obra. Uma coexistência mais ou menos pacífica no passado entre os grandes proprietários e uma população de pequenos agricultores e de empregados de fazendas (agregados, posseiros, peões) tende a se deteriorar, acarretando a partida de uma população rural já fraca.

Do ponto de vista da urbanização, estas regiões são caracterizadas por uma rede urbana muito fraca, estagnada ou de baixo crescimento, constituída por núcleos rurais onde se acumulam camponeses sem terras e trabalhadores temporários.

1.2.2. A expansão da soja

A cultura da soja se intensificou nestes últimos anos. O Centro-Oeste faz parte da "frente de expansão" e nele encontramos uma vocação para a cultura da soja em seus solos de cerrados ou de antigas florestas sempre que seu relevo se mostra plano e uniforme, prestando-se à mecanização.

A soja é encontrada no Sudoeste de Goiás, em redor de Rio Verde, seguindo um eixo Norte-Sul no Mato Grosso do Sul e no Sul do Mato Grosso.

A cultura da soja exige grandes superfícies para a mecanização, muito capital e pouca mão-de-obra. Seu impacto sobre a população rural depende da situação anterior. Assim vimos que, na região de Dourados, a chegada da soja nas zonas densas coincidiu a com um forte êxodo rural. Aqui, nas zonas pouco densas, este impulso vai de par com um êxodo rural, mas veremos que ele pode, da mesma forma, ser um fator de dinamização dos campos.

Nas zonas estagnadas a soja é implantada em antigas fazendas de criação, sobre as antigas culturas de café. O pessoal ocupado nas fazendas, freqüentemente envolvido em relações do tipo feudal, não encontra lugar em novas relações de trabalho assalariado e deixa o campo pela cidade ou por outras terras. Esta capitalização da agricultura é acompanhada por uma exploração mais racional dos rebanhos de bovinos em pastagens plantadas.

A expansão da soja nas zonas de cerrados pouco povoadas é geralmente traduzida pelo crescimento de algumas pequenas cidades que, afora sua função de acolhida de mão-de-obra rural, freqüentemente desempenham um papel comercial: coleta de grãos, distribuição de produtos intermediários da agricultura, etc... (Cassilândia, Pedro Gomes, Maracaju, Rio Brilhante).

1.2.3. As antigas colonizações

Situadas nos arredores de Cuiabá e de Bodoquena, estas colônias agrícolas promovidas pelo Estado não foram acompa -

das por um crescimento estável de população - seja por seu rápido fracasso pela falta de infra-estrutura, seja pelo fato de terem se dirigido a grandes proprietários que tenham deixado a cultura pela criação de gado, seja por elas terem alcançado mais rapidamente que as outras o fim do ciclo da frente pioneira, durante a fase de expulsão. Elas enfrentaram o fenômeno de concentração das terras e mantêm atividades que ainda não passaram pela etapa de modernização da agricultura.

1.2.4. A atração de Brasília

Poderíamos pensar que a criação de Brasília permitia a dinamização da zona rural vizinha. Na zona fronteira com Minas, podemos, ao contrário, pensar que a proximidade com Brasília acelerou o êxodo rural e a criação de gado de grandes propriedades.

De um modo geral, os arredores de Brasília presenciaram uma queda da população rural que vai de par com uma forte urbanização das cidades satélites do Distrito Federal e de alguns municípios (Formosa, Planaltina, Santo Antonio do Descoberto e sobretudo Lusiânia).

É difícil destacar uma relação simples entre o crescimento das cidades e o êxodo rural de algumas zonas densas em 1970 ao longo da Belém-Brasília.

2. AS ZONAS DE CRESCIMENTO E DE ACOLHIDA DE POPULAÇÃO RURAL

2.1. A NOVA FRONTEIRA

- fraca densidade rural
- muito forte taxa de crescimento
- criações de cidades
- importantes taxas de urbanização.

Esta situação é encontrada em todo o Norte do Mato Grosso, ao Norte da estrada Cuiabá-Porto Velho em Rondônia, a Noroeste e Centro de Goiás e em certos pontos centrais no Mato Grosso do Sul e ao Sul do Mato Grosso.

Estas regiões - zonas vazias de um ponto de vista demográfico - formam a "nova fronteira". Trata-se de um conceito ideológico ambíguo que agrupa as zonas de colonizações públicas destinadas a migrantes sem recursos ou sem condições de comprar terras (Rondônia), e as zonas de colonizações privadas, como no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, destinadas a pequenos e grandes proprietários do Sul (a maioria do Paraná) que vendem suas terras para tentar a aventura em uma maior superfície. Segundo o empreendimento da colonização, honesta ou não, sociedade anônima ou cooperativa, os resultados são diferentes. Já podem ser encontradas cidades fantasmas como as de 10.000 habitantes em plena expansão no coração da Amazônia, longe dos meios de comunicação. Esta luta contra a floresta é igualmente efetuada contra os índios, as reservas florestais e contra as tentativas de colonização espontâneas que os poderes públicos tardam para conter, senão para legalizar.

Estas zonas se consagram tanto à pequena produção

de gêneros alimentícios (Rondônia e zonas de colonização espontânea, arroz na Chapada dos Guimarães) quanto à produção de culturas perenes (café, cacau, guaraná, seringueira em Rondônia e no Mato Grosso), e à criação extensiva em milhares de hectares (Nordeste do Mato Grosso e Oeste de Goiás). Uma análise mais refinada mostra que o aumento da população é mais acentuado no caso de colonizações agrícolas.

Os lotes variam de 100 ha (Rondônia) a centenas de milhares de hectares (Mato Grosso) mas já se observa, em Rondônia, um fenômeno de concentração das terras; não podendo o pequeno colono nela se manter, este assume os desmatamentos e os períodos mais difíceis antes de vender sua terra valorizada pelo avanço dos meios de comunicações e dos primeiros trabalhos de desmatamento.

As cidades crescem com grande rapidez, sejam elas refúgios dos migrantes que não encontram terras (centro de triagem de Vilhena) ou expulsos de suas terras, sejam elas centro de coleta dos produtos, criação espontânea a partir de um posto telegráfico (Ji-Paraná) ou criação dirigida de um grande empreendimento de colonização (Alta Floresta). Elas atraem igualmente a massa muito inconstante de exploradores de diamantes e de ouro que aí encontram uma base para suas expedições.

O problema da mão-de-obra é agudo, sobretudo para o ponto de partida das plantações. Os novos proprietários parecem preferir antes empregar, a pedido, trabalhadores das cidades do que instalar trabalhadores permanentes em suas plantações.

Para Itiquira (Mato Grosso), assim como para al-

guns municípios do Mato Grosso do Sul, esta "nova fronteira" seria a consequência da cultura da soja ou de plantações florestais (Ribas do Rio Pardo).

Esta utilização mais racional da terra, que ocorre inopinadamente em algumas zonas vazias, se traduz aqui por uma fixação de população freqüentemente temporária. A população rural não se constitui mais de pequenos proprietários, mas de operários agrícolas.

As "novas fronteiras" de Goiás são mais difíceis de ser interpretadas. A Noroeste, o fenômeno de arroteamento da floresta para a instalação de pastagens plantadas deve continuar a atrair numerosa mão-de-obra.

No Centro, alguns municípios devem seu crescimento provavelmente à chegada de migrantes do Nordeste.

De modo contrário ao que se observa nas zonas pioneiras do Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul, as estatísticas do IBGE não mostram crescimento urbano algum. Várias hipóteses podem ser sugeridas : ou estes migrantes praticariam uma agricultura de subsistência com um encadeamento em meio urbano, ou então existiria um certo número de núcleos rurais que não seriam considerados como urbanos pelo IBGE já que não possuem o papel administrativo de sede de distrito.

2.2. ZONAS DE COLONIZAÇÃO EM RITMO DE CRESCIMENTO SUSTENTADO

- forte densidade rural
- forte crescimento da população rural
- novas e pequenas cidades em contínua expansão.

Estas zonas abrangem a parte amazônica do Norte de Goiás (Bico do Papagaio) e as margens do Araguaia (Arapoema), no Mato Grosso a região ao Norte de Cáceres e o Sul do Mato Grosso do Sul.

Trata-se de regiões de colonização de Estado, privada ou espontânea, de criação relativamente recente (1950 e 1960) que prosseguem com seu crescimento. Este é sustentado pelo reforço de novas atividades (cultura do arroz em Mirassol do Oeste), e pela conclusão das estradas de penetração que abrem os mercados para São Paulo e para o Norte (Mato Grosso-Cáceres e Cuiabá-Porto Velho, Belém-Brasília).

Aí encontramos culturas de gêneros alimentícios e pastagens naturais (Norte de Goiás) ou plantadas que sucedem ao café (Mato Grosso do Sul), geralmente em pequenas e médias propriedades.

No Norte de Goiás observa-se a persistência de uma frente pioneira vinda do Maranhão (Bico do Papagaio), sem dúvida caracterizada por uma acentuada taxa de natalidade e uma população de empregados agrícolas temporários agrupados em núcleos rurais.

Padre Bernardo, a Noroeste do Distrito Federal, seria uma zona de produção de leite com destino à capital. O crescimento rural de Aparecida de Goiânia é provavelmente um crescimento urbano ligado à expansão de Goiânia, mas não levado em conta dentro desta categoria pelas definições do IBGE. Com relação ao Centro de Goiás e toda a fronteira com o Estado da Bahia, alguns municípios devem provavelmente seu crescimento à chegada de migrantes vindos do Nordeste.

O Sul do Mato Grosso do Sul presencia atualmente um forte afluxo de migrantes, sendo que o INCRA, com uma finalidade de segurança nacional, reforça as zonas de colonização fronteiriças (Iguatemi).

Quanto a Cacoal, já se trata, sem dúvida, de uma diferença da frente pioneira de Rondônia. Os lotes são menores, a população parece estar fixada por um tempo.

Por que estas zonas de colonização não presenciaram as condições declinantes das precedentes? Algumas suposições :

- em geral são mais recentes e, provavelmente, ainda não foram saturadas;
- as estruturas fundiárias parecem ser mais estáveis, privilegiando a pequena propriedade;
- os meios de comunicação estão disponíveis para se evacuar os produtos.

CONCLUSÕES

A história se acelera. As zonas de pequenas colonizações abertas aos migrantes sem terras fixam, por um tempo, uma população que migrará novamente para uma nova fronteira quando esta não se fixar na cidade.

Por definição, a frente pioneira não pode ser estável. O estudo dos recenseamentos 1960-1970 é eloquente. Jaciara, Alto Paraguai, Fátima do Sul, Jatei estavam então em expansão e se alimentavam do afluxo de migrantes de zonas já em declínio, antes de decair, por sua vez, hoje.

O ciclo da frente pioneira (expansão - declínio) parece se acelerar nas zonas mais antigas, como em Goiás, onde o declínio é quase geral; o Mato Grosso do Sul expulsa mais a população rural do que recebe.

A "Frente Pioneira" é um amálgama de diversos processos: abertura de novos mercados, busca incessante de novas terras para aqueles que são expulsos do campo, corrida especulativa para a apropriação de um espaço, luta contra a floresta, os índios, o ecossistema onde o homem ainda não é predador.

Ela também se apresenta como uma solução que os poderes públicos propõem em "novos" territórios a fim de resolver os conflitos dos "antigos" territórios em uma fuga rumo ao Oeste, onde o espaço é tido como apaziguador dos conflitos sociais por uma utópica redistribuição das cartas.

Mas não há mais terras a Oeste, em Rondônia, assim como no Mato Grosso. E podemos temer que em 1990 a totalidade da

zona rural do Centro-Oeste esteja em declínio.

Mais da metade dos migrantes já va para a cidade (sem levar em conta aqui aqueles que deixam o Centro-Oeste). Desde já, torna-se impossível pensar que as colonizações do INCRA possam absorver o excedente demográfico. Na fronteira, trata-se de uma ocupação urbana por cidades sem estruturas produtivas, simples aglomerações de trabalhadores rurais desempregados, sub-empregados, trabalhadores temporários. O estudo destas cidades dá acesso a uma melhor compreensão do fenômeno de fronteira e à diferenciação das etapas e naturezas de ocupação do espaço.

Com o espaço inteiramente ocupado faz-se necessário questionar sobre sua utilização frente a uma população rural sem terras e a uma população urbana sem funções urbanas.

Colocamos em evidência aqui a correlação fortemente positiva entre a densidade rural e as zonas de pequenos proprietários, o decréscimo rural ligado ao sufocamento do ciclo de "fronteira" e à introdução de especulações modernas que acompanham um fenômeno de concentração das terras e de capitalização da agricultura. O aumento da população urbana ligado à intensificação da fronteira agrícola é o sintoma da incapacidade das terras "novas" de fixar os migrantes, de resolver os problemas fundiários.

Enfim, tratava-se de mostrar a heterogeneidade do Centro-Oeste e de mostrar que, para mais de 2/3 de sua superfície, ele já é expulsor de mão-de-obra, enquanto que em 10 anos, os 3 milhões de crescimento de sua população se repartiram em 99% na cidade. O aumento regional de sua população não é senão uma redistribuição.

buição interna, um deslocamento dos problemas que se dirige de ora em diante para uma fronteira muito mais concreta: a fronteira política.

O estudo destes mapas pode ser diretamente interpretado em termos econômicos. A intensa desordem da ocupação do espaço pelos homens é o reflexo quase que perfeito da intensa desordem dos sistemas produtivos da região. As migrações e as concentrações humanas acompanham, enquanto conseqüências diretas, a evolução das estruturas fundiárias, a execução de novas especulações agrícolas, a modernização da agricultura, a criação de eixos de comunicação... Sem dúvida elas são também a expressão e a resposta das populações diante das diretivas dos poderes públicos; o "desenvolvimento", ou diante da "crise": uma manifestação de esperança, de luta ou de resignação. Todas ações que a frieza dos números tem tendência a mascarar banalizando a vontade individual e coletiva como fatos de sociedade.

Resta fazer a história dessas populações para dar acesso a esta outra leitura.

Catherine Aubertin
Economista do ORSTOM
Março de 1984

Convênio ORSTOM-CNEq-UnB

